



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 52/2025

Título da vaga: Consultoria Jurídica

Sector: Assessoria jurídica

Tipo de contrato: Pessoa jurídica

Período de inscrição: 25/03/2025 a 10/04/2025

Local do trabalho: Híbrido

Previsão de início: 01/05/2025

1. COIAB

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), maior organização regional indígena do Brasil, fundada em 19 de abril de 1989, tem como missão defender os direitos à terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade dos povos e organizações indígenas, considerando a sua diversidade, e visando sua autonomia mediante articulação e fortalecimento. Sua área de atuação abrange os nove estados amazônicos: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, subdivididos em 64 regiões. Esse território de aproximadamente 110 milhões de hectares é lar de 60% do total da população indígena do Brasil, onde vivem mais de 160 povos, e uma população estimada em mais de 850 mil pessoas indígenas, que vivem em territórios tradicionais ou nos centros urbanos, além dos indígenas que evitam o contato com a sociedade nacional vivendo de forma autônoma na floresta.

As ações da Coiab são pautadas a partir de seis eixos de atuação: 1) Gestão, fortalecimento político e desenvolvimento institucional da Coiab; 2) Defesa dos direitos indígenas e políticas públicas prioritárias; 3) Autonomia e sustentabilidade dos povos e territórios indígenas; 4) Formação política e técnica; 5) Gênero, infância e juventude indígena na Amazônia e; 6) Defesa dos direitos dos povos indígenas isolados.

2. OBJETIVO

Contratação de consultor jurídico no âmbito do Projeto "Protagonismo Indígena na Governança e Gestão Territorial dos Corredores de Povos Isolados na Fronteira Brasil-Peru", com a finalidade de realizar o levantamento e a análise crítica de decisões judiciais relevantes, legislação e das políticas públicas brasileiras, peruanas e internacionais (em geral) que tratam dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato. O trabalho deverá, dentre outros, ser desenvolvido com base em informações institucionais, documentos e relatórios pertinentes, e será complementado por reuniões com apoiadores, parceiros, lideranças e organizações indígenas. O objetivo é subsidiar o fortalecimento da defesa dos direitos desses povos, qualificando as estratégias de ação e implementação das políticas públicas voltadas à proteção de suas terras e direitos.

3. ESCOPO DE TRABALHO

O trabalho do(a) consultor(a) deverá ser estruturado de acordo com os seguintes produtos:

- a. Levantamento e análise de decisões judiciais, de políticas públicas e legislações nacionais (brasileira e peruana) e internacionais que tratam dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato;
- b. Identificação de lacunas e desafios legais relacionados à proteção desses povos, considerando os aspectos transnacionais e as especificidades das regiões de fronteira.



Produto	Entregas	Valor (R\$)
Relatório detalhando a definição da metodologia e apresentação de plano de trabalho para execução da consultoria.	Maio	R\$ 5.500,00
Relatório com o resultado do levantamento da legislação e das decisões judiciais.	Junho	R\$ 5.500,00
Relatório com análise detalhada da legislação e decisões judiciais, incluindo recomendações para a melhoria da defesa dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.	Julho	R\$ 5.500,00
Relatório com o levantamento das Políticas Públicas.	Agosto	R\$ 5.500,00
Relatório com análise detalhada das políticas públicas, incluindo recomendações para a melhoria da defesa dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.	Setembro	R\$ 5.500,00
Relatório sobre os resultados das reuniões com representantes de instituições estratégicas, parceiros do projeto, lideranças indígenas e organizações sociais para coletar informações adicionais.	Outubro	R\$ 5.500,00
Apresentação do relatório intermediário (resultado de todo o levantamento e análise realizado até então) para a gerência de PIIRC, assessoria jurídica e coordenação da COIAB para análise e sugestões.	Novembro	R\$ 5.500,00
Apresentação do relatório final.	Dezembro	R\$ 5.500,00
Elaboração e entrega de uma cartilha com as principais diretrizes e orientações jurídicas sobre os direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, destinada a parceiros, lideranças indígenas e organizações envolvidas na pauta a partir das informações levantadas ao longo da consultoria.	Janeiro	R\$ 7.000,00

4. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

O(a) candidato(a) deverá atender aos seguintes critérios:

- Formação em Direito e Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Experiência mínima de 4 (quatro) anos em assessoria jurídica voltada para os direitos indígenas, preferencialmente direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato;



- c. Conhecimento sobre legislação indigenista, direitos constitucionais indígenas, Direito Ambiental e Direitos Humanos;
- d. Habilidade para elaboração de documentos jurídicos e relatórios técnicos;
- e. Capacidade de produzir materiais didáticos e informativos acessíveis às comunidades indígenas;
- f. Disponibilidade para reuniões presenciais e virtuais com lideranças indígenas e organizações parceiras.

5. DA CONFIDENCIALIDADE

A COIAB é uma organização indígena para indígenas, profissionais indígenas são encorajados a se candidatar, aplicamos um processo de seleção justo e transparente que considera as competências/habilidades dos candidatos (as).

A COIAB visa a inclusão de mulheres e jovens indígenas, de modo que incentivamos suas candidaturas.

Todas as candidaturas serão tratadas com estrita confidencialidade. Orientamos que o(a) candidato(a) não compartilhe ou utilize informações confidenciais em benefício próprio, ou de terceiros, respeitando os segredos empresariais e propriedade intelectual da COIAB e seus parceiros.

Manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos com sua participação, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, desenhos, cópias, diagramas, modelos, fluxogramas, esboço, fotografias, softwares, discos, disquetes, pen drives, processos, projetos, dentre outros.

Por fim, para garantir direitos coletivos, a COIAB tem como premissa a luta contra a discriminação. Assim, a COIAB não corrobora com candidatos com históricos de assédio moral, acusações infundadas, abuso de poder, violação da privacidade e direitos civis, assédio sexual e constrangimento com conotação sexual no ambiente de trabalho, xenofobia, entre outros.

6. PRAZOS

O contrato terá vigência de até 09 (nove) meses.

7. FORMAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos ocorrerão mediante apresentação de nota fiscal válida e entrega dos produtos conforme o item 3, avaliados/aprovados pela Coordenadora da Assessoria Jurídica Indígena da COIAB. Todos os impostos são de responsabilidade do prestador de serviço, bem como não será realizado pagamento em conta-corrente de pessoa física.

8. CONTRATO

A pessoa jurídica contratada deve estar devidamente regularizada perante os órgãos necessários para sua operação para que o contrato seja assinado e atender os seguintes requisitos:

1. CNPJ;
2. Inscrição estadual e/ou municipal;
3. Certidões negativa de débito, esfera estadual, municipal e federal;
4. Caso a empresa tenha funcionário, deverá apresentar mensalmente o recolhimento dos encargos;



Movimento
Indígena
do Acre

OPIROMA



5. Conta bancária PJ; informar os dados bancários.
6. Contrato Social;
7. Tipo de tributação;
8. Representante legal (RG, CPF, estado civil).

9. CANDIDATURA

Conforme o perfil apresentado no item 4 e as atividades previstas no item 3, o candidato será selecionado via análise de perfil, experiência profissional, além de apresentar os conhecimentos, habilidades e atitudes, conferindo a competência necessária para atuar no cargo.

A seleção se dará entre os dias 25/03/2025 a 10/04/2025, com divulgação nas redes sociais e site da coiab www.coiab.org.br.

Para ser considerado(a) para esta vaga, o (a) candidato deve enviar seu **currículo** para o e-mail: juridico@coiab.org.br, com o assunto "Prestação de serviços como Consultor (a) Jurídico (a) no âmbito do projeto "Protagonismo Indígena na Governança e Gestão Territorial dos Corredores de Povos Isolados na Fronteira Brasil-Peru".

O interessado deverá encaminhar também, caso houver, uma declaração de grau de parentesco com colaboradores, coordenadores ou prestadores de serviços da COIAB e declaração de não exercício de cargo público, para o e-mail: juridico@coiab.org.br, com cópia para: financeiro@coiab.org.br e administrativo@coiab.org.br.

Maria Judite da Silva Ballerio Guajajara
COORDENADORA DA ASSESSORIA JURÍDICA INDÍGENA DA COIAB